

Correndo contra o tempo

Marcello Xavier
Da equipe do **Correio**

Jorge Cardoso 10.11.99

Servidores de nível médio da Secretaria de Saúde iniciaram uma maratona pelos corredores da Câmara Legislativa. Eles querem o apoio dos deputados na aprovação de uma moção em caráter de urgência em favor da categoria. É que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional a Lei 1.500/97 que promoveu um grupo de 68 auxiliares de artífice (carpinteiro, marceneiro, bombeiro) ao cargo de assistente intermediário de saúde. Com a cassação da lei, os servidores terão uma redução no salário de até 40%.

Na decisão, os ministros do Supremo julgaram que a lei (da deputada Maria José Maninha, do PT) tem vício de origem. Ou seja, por tratar de servidores públicos, deveria ser de autoria do Executivo. Na moção, o Sindicato dos Servidores de Nível Médio da Saúde (Sindicatão) pede que o GDF apresente logo um projeto de lei à Câmara Legislativa nos mesmos termos do que foi cassado. A medida vai evitar que os trabalhadores tenham seus salários reduzidos.

O corte nos contracheques dos servidores só não vai ocor-



LEI DE AUTORIA DA DEPUTADA MANINHA TEM " VÍCIO DE ORIGEM ", SEGUNDO O STF

rer a partir do próximo mês porque a folha de pagamento já está fechada. Mas o diretor de Recursos Humanos da Secretaria de Saúde, Geraldo Ferreira da Silva, informa que a redução virá no pagamento de maio, que será depositado em junho.

É o tempo que os auxiliares terão para conseguir a aprovação de um novo projeto na Câmara. Só que desta vez de autoria do GDF. Servidores passaram a tarde de ontem na casa. Eles ganharam

o apoio do presidente Gim Argelo (PMDB) e dos deputados Edmar Pirineus (PMDB) e Maninha (autora da lei cassada).

O Sindicatão está preocupado ainda com outras seis leis, todas de autoria de distritais e aprovadas pela Câmara, que reenquadraram outras especialidades, como ascensoristas, agentes de portaria e assistentes de enfermagem, para o nível intermediário. Essas leis podem ter o mesmo destino da Lei 1.500: se-

rem consideradas inconstitucionais. Na moção, a entidade pede que o GDF inclua no projeto de lei todos esses servidores promovidos entre 1995 e 1998.

De acordo com cálculos do presidente do Sindicatão, Antônio Agamenon, se essas leis foram cassadas, aproximadamente 4 mil auxiliares de saúde serão prejudicados. E o que é pior: além da redução salarial, todos correm o risco de serem obrigados a devolver aos cofres públicos os valores que receberam a

mais nesses últimos anos.

"Estou só pensando como vou fazer para pagar as minhas contas. O meu salário é todo comprometido com o orçamento familiar", diz o artífice especializado, Luís Vieira, 51 anos. Ele trabalha como eletricista no Hospital Materno Infantil de Brasília (Hmib), e é um dos servidores prejudicados com a cassação da lei. Do salário de R\$ 1,3 mil, dependem a mulher, quatro filhos e dois netos.